



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

280 B

056

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0188010-4

COMARCA: Carinaíba /

AGRAVANTES: Banco Volvo (Brasil) S/A e Outros

AGRAVADO: Município de Carinaíba

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. SOLIDARIEDADE. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. NULIDADE DA CDA. VÍCIOS COMPROMETEDORES DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. PRECEDENTES DESTES TJPE. AGRAVO PROVIDO. PROCESSO EXECUTIVO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. De prêmio, e no que respeita à questão atinente à ilegitimidade passiva alegada pelos agravantes, consignou-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do enfrentamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que – sem ofensa à previsão contida no art. 124, I, do CTN – “*não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico*” (REsp 1.079.203/SC, Relª. Minª. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009). 2. Isso porque, “*Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico*” (REsp 834.044/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/11/2008, DJe de 15/12/2008). No mesmo sentido, cf., por ex.: AgRg no Ag 1055860/RS, Relª. Minª. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe de 26/03/2009; REsp 1.001.450/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe de 27/03/2008. 3. Nessa linha, reconheceu-se a existência de litisconsortes ilegítimas integradas ao pólo passivo da execução fiscal, sendo certo que a aludida ilegitimidade – por se tratar de matéria de ordem pública (cognoscível de ofício, portanto) e que independe, *in casu*, de dilação probatória – pode ser aferida via exceção de pré-executividade (Súmula nº 393/STJ). 4. Ademais, do exame da CDA que lastreia a execução, constatou-se a existência de nulidades comprometedoras da constituição do crédito tributário, sobretudo em virtude da inexistência de fundamentação legal para o lançamento fiscal. 5. Com efeito, a indicação genérica das normas tributárias supostamente infringidas vulneram o termo de inscrição da dívida ativa – conforme se infere dos arts. 202, inciso III, e 203, ambos do Código Tributário Nacional, e art. 2º, § 5º, inciso III, da Lei nº 6.830/80 –, e esse vício, por si só, prejudica (ou mesmo impede) o regular exercício da ampla defesa e do contraditório pela parte executada. 6. Igualmente, inexistente indicação de termo inicial para o cálculo dos juros e da correção monetária adicionados ao crédito exequendo, e bem assim não há justificativa legal para a cobrança do

51166

Ami



281 B

057

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

percentual de 30% (trinta por cento) a título de multa, conforme se depreende das informações sobre a metodologia de cálculo constante da CDA e da petição inicial da execução. **7.** Por oportuno, registra-se que ambas as Câmaras Fazendárias desta Corte (a 7ª e a 8ª Câmaras Cíveis) já tiveram oportunidade de apreciar recursos similares ao que ora se apresenta (cf., por ex.: Agravo de Instrumento nº 0179103-5 – Comarca: Jurema, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgamento em 16/10/2009; Agravo de Instrumento nº 0176044-9 – Comarca: Canhotinho, 7ª Câmara Cível, Rel. p/ o Acórdão Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgamento em 11/08/2009; Agravo Regimental nº 0182868-6/01 – Comarca: Santa Maria do Cambucá, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 07/05/2009; Agravo de Instrumento nº 0178682-7 – Comarca: São João, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 02/04/2009). **8.** Anotou-se, ainda, a existência de bitributação sobre as operações descritas no processo administrativo fiscal apresentado em mídia digital (CD) pelo Município agravado. **9.** Deveras, às fls. 08/09 do referido processo administrativo, vê-se que operações envolvendo apenas dois veículos deram ensejo à constituição de quatro créditos tributários, isto a implicar em repetição de tributação, fato que macula a exigibilidade da certidão de dívida ativa originada nessas condições. **10.** Ponderadas essas circunstâncias, e considerando que a oposição de exceção de pré-executividade se presta a evitar o prolongamento de execução inviável (dispensando-se a parte executada de desnecessária constrição patrimonial), tem-se que a execução fiscal em foco deve ser extinta, sem resolução de mérito, tendo em vista a nulidade do título executivo que lhe dá esteio, sobretudo face à inexistência de fundamentação legal para a exação que se pretende levar a efeito. **11.** Agravo provido, em ordem a extinguir a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso, com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil. **12.** Diante do caso concreto, fixou-se em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a verba honorária devida pelo Município sucumbente, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. **13.** Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo nº 0188010-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em dar provimento ao Agravo de Instrumento – em ordem a extinguir a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso –, nos termos do voto Relator, que integra o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

274  
058

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0188010-4

COMARCA: Carinaíba

AGRAVANTES: Banco Volvo (Brasil) S/A e Outros

AGRAVADO: Município de Carinaíba

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **agravo de instrumento** ajuizado contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Carinaíba, que, nos autos do Processo de Execução Fiscal nº 413.2008.000047-4 (onde se persegue supostos créditos tributários referentes a ISS incidentes sobre operações de arrendamento mercantil – *leasing* –, crédito direto a consumidor e financiamento de veículos automotores), indeferiu as exceções de pré-executividade argüidas pelas empresas executadas, sob o fundamento de que as objeções oferecidas careceriam de fundamento legal e de documentação hábil para fulminar, de plano, o executivo fiscal em tela, pois este estaria lastreado em certidão de dívida ativa que se presume certa e líquida (cf. cópia da decisão às fls. 199/202).

Irresignadas, as sociedades empresárias ora recorrentes, sustentam, em síntese, que: (i) há ilegitimidade passiva na execução fiscal, relativamente às empresas Volvo do Brasil Veículos Ltda. e Volvo Administradora de Consórcios Ltda., pois, segundo afirmam, essas litisconsortes não possuiriam vínculo direto ou indireto com o fato gerador do tributo: (a) a Volvo do Brasil Veículos Ltda. *“se trata de uma indústria que tem por objeto e atividade econômica principal a fabricação de caminhões e ônibus, atividade que (...) está inserida no campo de incidência do IPI e do ICMS, jamais do ISS”*; (b) *“a Volvo Administradora de Consórcios Ltda. também é parte ilegítima, pois suas atividades, embora sujeitas ao ISS, não têm qualquer relação com atividades de arrendamento mercantil, crédito direto ao consumidor ou financiamento de veículos automotores (...). Ela apenas administra grupos de consórcio”*; (ii) a certidão de dívida ativa que embasa a execução fiscal é nula, pois desatende às normas tributárias: (a) quanto ao nome do devedor [inciso I, § 5º, art. 2º, da Lei 6.830/80 e inciso I, art. 202, do CTN]; (b) quanto ao valor originário da dívida, bem como ao termo inicial e à forma de calcular os juros [inciso II, § 5º, artigo 2º, da Lei 6.830/80 e inciso II, do art. 202, do CTN]; (c) quanto à origem, à natureza e ao fundamento legal ou contratual da dívida [inciso III, § 5º, art. 2º, Lei 6.830/80 e inciso III, art. 202, do CTN]; (d) quanto à indicação, se for o caso, da atualização monetária da dívida, bem como ao respectivo fundamento legal e ao termo inicial para o cálculo [inciso IV, § 5º, art. 2º, Lei



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

275  
@  
059

6.830/80]; (e) quanto à data e ao número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa [inciso V, § 5º, art. 2º, Lei 6.830/80 e inciso IV, art. 202, do CTN]; (f) quanto ao número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida [inciso VI, § 5º, art. 2º, Lei 6.830/80 e art. 202, inciso V, do CTN].

Com esses argumentos, requerem o reconhecimento da ilegitimidade passiva das empresas Volvo do Brasil Veículos Ltda. e Volvo Administradoras de Consórcios Ltda., bem como a nulidade da própria CDA que embasa a execução fiscal em questão.

Intimado para apresentar resposta ao agravo em epígrafe, o Município de Carnaíba compareceu aos autos a destempo, às fls. 225/271, para trazer exemplar, em mídia digital (CD), do Processo Administrativo Tributário que deu origem à execução fiscal em foco, pugnando, ainda, pela conversão do agravo em tela à sua forma retida.

No mais, articulou argumentos em defesa da higidez do título executivo que lastreia o processo de execução fiscal originário.

São estes os contornos principais da controvérsia objeto do presente agravo, o qual é de ser processado na forma de instrumento, porque enfrenta questão manifestamente capaz de causar lesão grave aos ora recorrentes.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno (visto que desnecessária a intervenção ministerial, nos termos da Súmula 189 do STJ).

Recife, 23 de novembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

282P

060

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0188010-4  
COMARCA: Carnaíba  
AGRAVANTES: Banco Volvo (Brasil) S/A e Outros  
AGRAVADO: Município de Carnaíba  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Conforme antedito, cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em sede de ação de execução fiscal (onde se persegue alegados créditos tributários referentes a ISS incidentes sobre operações de arrendamento mercantil - *leasing* -, crédito direto a consumidor e financiamento de veículos automotores), que rejeitou as arguições de pré-executividade suscitadas pelas empresas executadas, argumentando que as objeções oferecidas careceriam de fundamento legal e de documentação hábil a fulminar, de plano, o executivo fiscal em questão, pois este estaria lastreado em certidão de dívida ativa que se presume certa e líquida (cf. fls. 199/202).

De proêmio, e no que respeita à questão atinente à ilegitimidade passiva alegada pelos ora agravantes, observo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do enfretamento de situações análogas à que ora se apresenta, vem assentando o entendimento de que - sem ofensa à previsão contida no art. 124, I, do CTN - "*não caracteriza a solidariedade passiva em execução fiscal o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico*" (REsp 1.079.203/SC, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 03/03/2009, DJe de 02/04/2009).

Assim, "*Para se caracterizar responsabilidade solidária em matéria tributária entre duas empresas pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro, é imprescindível que ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, sendo irrelevante a mera participação no resultado dos eventuais lucros auferidos pela outra empresa coligada ou do mesmo grupo econômico*" (REsp 834.044/RS, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11/11/2008, DJe de 15/12/2008).

No mesmo sentido: AgRg no Ag 1055860/RS, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 17/02/2009, DJe de 26/03/2009; e REsp 1.001.450/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 11/03/2008, DJe de 27/03/2008.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

283 B

061

Nesse cenário, tenho por verossímil a alegação de ilegitimidade das sociedades Volvo Administradora de Consórcios Ltda. e Volvo do Brasil Veículos Ltda. para figurarem no pólo passivo do processo de execução fiscal em lume, uma vez que, apesar de vinculadas a um mesmo grupo econômico, não participaram, pela análise dos autos, da situação configuradora do fato gerador do imposto reclamado pelo Município de Carnaíba, uma vez que a primeira delas objetiva a formação e administração de grupos de consórcios e a segunda tem por atividade econômica a fabricação de caminhões e ônibus (v. fls. 58/64).

As constatações acima referidas autorizam o reconhecimento da existência de litisconsortes ilegítimas integradas ao pólo passivo da execução fiscal, sendo certo que a aludida ilegitimidade – por se tratar de matéria de ordem pública (cognoscível de ofício, portanto) e que independe, *in casu*, de dilação probatória – pode ser aferida via exceção de pré-executividade.

Quanto à admissibilidade de exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, cumpre assinalar que o STJ editou recentemente a Súmula nº 393 (DJe de 07/10/2009), dispondo que “*A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória*”.

Nesse contexto, é de se acolher a argumentação tecida pela parte ora agravante quanto à ilegitimidade das empresas Volvo do Brasil Veículos Ltda. e Volvo Administradora de Consórcios Ltda. para figurarem como executadas na processo executivo fiscal subjacente ao agravo em apreço.

Em sucessivo, passo a examinar as questões argüidas pelas empresas recorrentes relativamente à nulidade da CDA que lastreia a execução fiscal e, no ponto, adianto que a pretensão executiva do Município ora agravado não merece prosperar, em virtude de vícios na constituição do crédito exequendo.

De pronto, observo que, na espécie, há nulidades comprometedoras da constituição do crédito tributário e da própria CDA que lastreia a execução fiscal em comento, sobretudo em virtude da inexistência de fundamentação legal para o lançamento fiscal.

Com efeito, a indicação genérica das normas tributárias supostamente infringidas vulneram o termo de inscrição da dívida ativa – conforme se infere dos arts. 202, inciso III, e 203, ambos do Código Tributário Nacional, e art. 2º, § 5º, inciso III, da Lei nº 6.830/80 –, e esse vício, por si só, prejudica (ou mesmo impede) o regular exercício da ampla defesa e do contraditório pela parte executada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

284 P

062

Igualmente, inexistiu indicação de termo inicial para o cálculo dos juros e da correção monetária adicionados ao crédito exequendo, e bem assim não há justificativa legal para a cobrança do percentual de 30% (trinta por cento) a título de multa, conforme se depreende das informações sobre a metodologia de cálculo constante da CDA e da petição inicial da execução.

Assinalo, por oportuno, que ambas as Câmaras Fazendárias desta Corte (a 7ª e a 8ª Câmaras Cíveis) já tiveram oportunidade de apreciar recursos similares ao que ora se apresenta, ocasiões em que se manifestaram nos termos das ementas a seguir transcritas:

*EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CDA. FUMUS BONI IURES E PERICULUM IN MORA CONFIGURADOS. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.*

*1 - A Constituição Federal não cria tributos, mas apenas outorga competência para que os entes políticos o façam por meio de leis próprias.*

*2 - Nos termos do art. 156, III, da CF/88, caberá aos Municípios instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), através de Lei, para que, ocorrendo o fato gerador nos moldes do que dispõe a LC nº 116/03, se possa exigir o aludido tributo dos contribuintes, assim sendo, para a cobrança do crédito em questão faz-se imprescindível a edição pelo Poder Legislativo Local de lei que descreva os elementos jurídicos essenciais da exação (fato gerador da obrigação principal, a base de cálculo, as alíquotas, o sujeito ativo e os sujeitos passivos).*

*3 - Suspensa a exigibilidade do crédito tributário.*

*4 - Instrumental provido.*

*5 - Decisão Unânime.*

(Agravado de Instrumento nº 0179103-5 – Comarca: Jurema. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, julgamento em 16/10/2009). **Grifei.**

*DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU REJEITANDO EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA VICIADA. ANULAÇÃO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL ORIGINÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO MAJORITÁRIA. a) É cabível exceção de pré-executividade para livrar de uma constrição patrimonial ilegítima o devedor, quando patentes, no título executivo,*



285 B  
063

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

*vícios comprometedores de sua validade, atingindo qualquer um de seus elementos (liquidez, certeza ou exigibilidade); b) No caso em apreço, além da inobservância de requisitos formais da CDA, tais quais a indicação do livro e folha de inscrição da dívida (art. 2º, parágrafo único, do CTN), termo inicial e forma de cálculo dos juros e atualização monetária (art. 2º, §5º, II, da LEF), o título executivo se ressentia, ainda, da bitributação de algumas operações - mácula comprometedora do requisito de exigibilidade que se espera daquele documento; c) Em reiterados casos, este órgão tem expurgado a terceirização da atividade arrecadadora de certos Municípios, que, diuturnamente, têm delegado, a escritório de advocacia, atos privativos (como, até mesmo, o julgamento de recursos administrativos contra as cobranças), pela violação da legalidade e moralidade administrativa implicada em tal praxe. O caso em apreço, por também se tistar dessa mácula, redundava na nulidade do título e conseqüente extinção da Execução Fiscal; d) Agravo de Instrumento ao qual, por maioria de votos, dá-se provimento.*

(Agravo de Instrumento nº 0176044-9 - Comarca: Canhotinho. Órgão julgador: 7ª Câmara Cível. Rel. p/ o Acórdão Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgamento em 11/08/2009). **Grifei.**

**TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. ISS. ARREDAMENTO MERCANTIL. AUSÊNCIA DE LEI INSTITUINDO A EXAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. NULIDADES. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Violação ao comando do art. 150, I, da CF, ante a falta de lei municipal instituindo o tributo objeto da controvérsia. 2. A notificação de débito é fase posterior à conclusão definitiva do processo administrativo de lançamento tributário, de modo que não pode o contribuinte, sem que o crédito esteja devidamente constituído, ser notificado para pagar, sob pena de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. 3. Cabe privativamente à autoridade fazendária constituir o crédito tributário, através do lançamento, de modo que a delegação dessa atividade a terceiros inquina o crédito de nulidade insanável por vício de competência. 3. Inteligência do art. 142 do CTN. 4. À unanimidade, negou-se provimento ao agravo regimental.**

(Agravo Regimental nº 0182868-6/01 - Comarca: Santa Maria do Cambucá. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 07/05/2009). **Grifei.**





**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
OITAVA CÂMARA CÍVEL

286 B  
064

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. CÔMPUTO DE VÁRIOS EXERCÍCIOS NUM SÓ, SEM DISCRIMINAÇÃO DO PRINCIPAL E DOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS, ANO A ANO. NULIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO À UNANIMIDADE. 1. **Os arts. 202 do CTN e 2º, § 5º da Lei nº 6.830/80, preconizam que a inscrição da dívida ativa somente gera presunção de liquidez e certeza na medida que contenha todas as exigências legais, inclusive, a indicação da natureza do débito e sua fundamentação legal, bem como forma de cálculo de juros e correção monetária.** 2. **Respeitada essas regras, confere-se ao executado elementos para opor embargos, obstando execuções arbitrárias.** 3. CDA embasadora do executivo fiscal que engloba vários exercícios num só, sem que haja discriminação do principal e dos consecutórios legais de cada ano, impossibilita o exercício constitucionalmente assegurado da ampla defesa, posto dificultar a exata compreensão do quantum exequendo. 4. Nulidade que se declara. 5. Precedentes do STJ. 6. Agravo provido. 7. Decisão unânime. (Agravo de Instrumento nº 0178682-7 - Comarca: São João. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, julgamento em 02/04/2009). **Grifei.**

É de se registrar, ainda, a existência de bitributação sobre as operações descritas no processo administrativo fiscal apresentado em mídia digital (CD) pelo Município agravado.

Com efeito, às fls. 08/09 do referido processo administrativo, vê-se que operações envolvendo apenas dois veículos deram ensejo à constituição de quatro créditos tributários, isto a implicar em repetição de tributação, fato que macula a exigibilidade da certidão de dívida ativa originada nessas condições.

Ponderadas essas circunstâncias, e considerando que a oposição de exceção de pré-executividade se presta a evitar o prolongamento de execução inviável (dispensando-se a parte executada de desnecessária constrição patrimonial), cuido que a execução fiscal em foco deve ser extinta, sem resolução de mérito, tendo em vista a nulidade do título executivo que lhe dá esteio, sobretudo face à inexistência de fundamentação legal para a exação que se pretende levar a efeito.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

287B

065

Ante o exposto, **dou provimento** a este **agravo**, para o fim de reformar a decisão agravada, em ordem a extinguir a ação de execução fiscal subjacente ao presente recurso, com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil.

Diante do caso concreto, fixo a verba honorária devida pelo Município sucumbente em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

É como voto.

Recife, 11 de dezembro de 2009.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator